

CAPÍTULO 07

PARTIDO DEMOCRATAS: TRAJETÓRIA, REDES E PODER SOB A PERSPECTIVA DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Luana Puppim Pratti¹

Alyne dos Santos Gonçalves²

Marta Zorzal e Silva³

Resumo

A sociedade civil contemporânea tem passado por um processo de reconfiguração, em que a luta pelo alargamento da democracia tem alterado a lógica dominante no terreno simbólico, re-significando constantemente o que se entende por participação. Ao mesmo tempo, instituições tradicionais da democracia representativa como os **partidos políticos** e suas formas de agregação e representação de interesses têm sido questionadas em suas práticas, em especial, no que concerne à qualidade da representação política. Este trabalho, enquanto parte de um projeto mais amplo que buscou analisar o potencial e os desafios de instituições da sociedade civil no estado do Espírito Santo para produzir coalizões políticas que resultem em processos de governança democrática e participativa, traz os resultados referentes ao **Democratas (DEM)**. Trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa, que, por meio de entrevistas em profundidade e análise de discursos dos sujeitos coletivos, apresenta um mapeamento dos principais traços identitários, trajetórias políticas, objetivos, estratégias de atuação, perfil histórico e sócio-econômico, bem como as formas de intermediação de interesses construídas pelo DEM, suas articulações e poder de ação no processo de definição dos arranjos políticos no Espírito Santo.

Palavras-chave: Democracia, Atores coletivos, Partidos Políticos, Espírito Santo, DEM.

¹.Graduanda em Ciências Sociais, voluntária de iniciação científica do Laboratório de Estudos Políticos – LEP / Núcleo de Pesquisa em Ciências Sociais – NEPCS-UFES

² Mestre em História Social das Relações Políticas (UFES), bolsista de aperfeiçoamento (FACITEC, 2008-2009) e pesquisadora do LEP-NEPCS-UFES

³ Doutora em Ciência Política, pela USP-SP, Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PGCS e em Saúde Coletiva da UFES. Coordenadora do Laboratório de Estudos Políticos – LEP/NEPCS e segunda Líder – OPPP / PPGADM / UFES

7.1 – Introdução

No final do século XX ocorreram mudanças na ordem capitalista mundial, as quais produziram interdependência crescente entre Estados e sociedades. Tais processos, denominados de processos de globalização⁴, trouxeram conseqüências para a organização e o equilíbrio dos Estados nacionais, ao mesmo tempo em que as mudanças ocorridas no mapa político, nas esferas tecnológicas, no mundo do trabalho, na cultura, nas relações entre Estado e sociedade, passando pelas formas de recrutamento e de acesso ao poder político, desembocaram em mutações significativas nas instituições e práticas da democracia representativa.

Desde o final dos anos 70 e início dos anos 80, o Brasil passa por mudanças no cenário político-institucional, a luta por direitos da cidadania e por participação da sociedade civil marcaram o período, inaugurando um processo de reivindicações pelo fim do regime ditatorial e redemocratização do país. Tais reivindicações deram impulso à organização da sociedade civil culminando no aparecimento de novos movimentos sociais (DAGNINO, 2002). O período que antecede a redemocratização foi marcado por intensas transformações sociais e econômicas que abasteceram a busca por mudanças sociais. Naquele momento, emergia no seio de um governo autoritário camadas da população organizadas e dispostas a mudar o cenário político brasileiro. (COSTA, 2002).

As décadas de 1980 e 1990, no Brasil, foram marcadas por uma conjuntura de crises e de amplas reformas, tanto políticas e institucionais, como econômicas, as quais influenciaram o debate e a agenda política em torno do tema da reforma do Estado. Este processo acabou por redefinir o padrão de relações vigentes entre Estado e mercado e entre Estado e sociedade civil. Essas transformações, ocorridas no papel do Estado resultaram de um longo processo de reorganização da sociedade civil e das suas formas de relação com o Estado. Neste período, a democratização da vida política e a construção da cidadania estiveram no centro do debate na agenda nacional (KINZO, 2001).

Com a democratização brasileira cresce as reivindicações por participação dos cidadãos na vida pública; assim os novos movimentos sociais e organizações da sociedade civil que surgem nesse cenário, inauguram novas práticas de relações entre o estado e a sociedade (ABER & KECK, 2008).

Dessa maneira o Estado passa por modificações e novas modelagens, a sociedade civil sofre um processo de reconfiguração, no qual novos atores e organizações emergem

⁴Sobre os processos de globalização ver, entre outros: Santos, 2002; Baumann, 1996.

e/ou modificam-se. Para um cenário globalizado exigem-se novas formas de ações coletivas, novos modos de mobilização e reivindicação. De acordo com Dagnino (2002) na sociedade civil coexistem atores e práticas diversos que configuram os espaços de interação social, e são nesses espaços que pretendemos verificar a composição das instituições e sua capacidade de representar os interesses dos cidadãos.

Os partidos que hoje compõem o cenário político brasileiro, em sua maioria, são frutos do período da redemocratização ocorrida nos anos 1980, os quais se originaram dos movimentos que combatiam o regime militar. Mainwaring (2001) demonstrou que, em 1985, após a vitória das “Diretas Já”, os partidos brasileiros teriam condições para estabelecerem bases sólidas, só que estas foram minadas nos mandatos de Sarney e Collor, quando estes fizeram as revisões das legislações eleitorais e partidárias, momento em que as elites políticas adotaram normas institucionais adversas ao desenvolvimento dos partidos.

No presente artigo, focaremos a questão do surgimento e das mudanças ocorridas nos partidos brasileiros a partir da redemocratização do país, principalmente no partido Democratas (DEM), antigo PFL, e sua relação com outras organizações da sociedade civil.

Buscou-se, neste subprojeto, indagar sobre a atuação e as estratégias do Democratas (DEM), enquanto ator coletivo relevante do sistema político na conformação da ordem democrática da sociedade brasileira, em geral, e no estado do Espírito Santo, em particular. Para tanto, a pesquisa buscou investigar os principais traços identitários, objetivos, trajetórias políticas e estratégias de ação desse partido no Espírito Santo – segundo a perspectiva dos próprios atores envolvidos, isto é, segundo os discursos por eles proferidos e que serviram de base para a construção do discurso da instituição (discurso coletivo).

O foco esteve centrado na análise do potencial dessa instituição para disseminar práticas e comportamentos fundados nos princípios e valores democráticos, por um lado, e nas configurações de suas coalizões políticas enquanto portadoras de práticas que resultem em processos de governança democráticos.

7.2 – Revisão da Literatura

A partir de 1979 com a redemocratização política e a implantação de eleições diretas em 1989, surgem no Brasil novos partidos e novos atores no cenário político brasileiro defendendo os mais diversos interesses. A Lei nº. 6767/79 pôs fim ao bipartidarismo e possibilitou a emergência de novos partidos. Nesse contexto, emergiu, com expressiva

densidade e representação, alguns dos atuais partidos: PMDB, PT, PSDB e PFL – atual DEM (LAMOUNIER, 1988).

Segundo Ferreira (2002), os partidos “são instituições que buscam o poder político”, além disso, são instituições que recrutam lideranças e canalizam demandas, tornando-se dessa maneira um canal de expressão na relação entre o Estado e sociedade.

O Partido da Frente Liberal (PFL) surgiu em 1985, devido a conflitos internos existentes no PDS. O partido surge como força oposicionista, formado por coalizões de elites políticas que visavam à candidatura e a eleição de Tancredo Neves, nas eleições presidenciais de 1985, então governador de Minas Gerais, tendo o intuito de defender o movimento das *Diretas Já!* Numa aliança com o PMDB, também surgido no mesmo cenário, a Aliança Democrática, cujo programa previa a convocação de uma Assembléia Constituinte e eleições diretas para escolher o sucessor do novo presidente, apóiam a candidatura de Tancredo Neves à presidência da República e de seu vice José Sarney. O partido organizou-se primeiramente em nível nacional, visando à conquista do poder central (CANTANHÊDE, 2001).

O PFL foi fundado em janeiro 1985. Sua formação se encontra vinculada a dissensão de interesses no processo de sucessão presidencial do então presidente Figueiredo. O mote da divergência foi à candidatura de Paulo Maluf à eleição indireta no Colégio Eleitoral, pelo então partido do governo, o Partido Democrático Social (PDS). Como tal candidatura não era aceita por parte considerável dos governistas, os dissidentes do PDS criaram, naquela ocasião, o Partido da Frente Liberal. Deste modo a legenda recrutou antigos aliados e membros do governo. Ao se aliar à oposição, o PFL, propiciou a vitória, no Colégio Eleitoral, do candidato oposicionista Tancredo Neves, que teve como vice José Sarney (FERREIRA, 2002: 5).

Após as eleições que elegeram Tancredo Neves presidente da república, o PFL conseguiu manter significativa representação política, principalmente em cargos majoritários, fosse através de candidatos eleitos, ou através de coligações com outros partidos, já que muitos de seus integrantes faziam parte da elite política, que esteve no poder durante o regime militar. Ferreira (2002) aponta a importância da elite política nordestina na formação e desenvolvimento do PFL, para confirmar tal sugestão basta ver a origem de seus representantes mais importantes e a representação política do PFL nos cargos das prefeituras, governos estaduais, bancadas de deputados e senadores, já no início da vida do partido⁵: na formação e desenvolvimento do PFL, a importância da elite política nordestina tem sido apontada como um de seus traços principais e mais duradouros (KINZO, 1993; MAINWARING et al. *apud* FERREIRA, 2002: 48).

O movimento das *Diretas Já!* e a eleição de Tancredo Neves para a presidência são marcos na história política brasileira da perspectiva de (re)organização das instituições representativas. Tancredo Neves não chegou a assumir o cargo do executivo federal, de

⁵ Ver Ferreira, 2002.

modo que seu vice, José Sarney, assumiu o governo, o que projetou ainda mais o PFL no cenário político nacional. As alianças entre PMDB-PFL são características importantes na história de ambos partidos, principalmente aquelas que visavam alcançar o poder central⁶. Em 1994, o PFL esteve na coligação que apoia a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, que tem como vice o pefelista Marco Maciel. Até os anos 2000 esses dois partidos conseguiram controlar a maioria das representações políticas, fosse qual fosse a instância (local, regional ou nacional).

A mudança mais significativa no PFL inicia-se no ano de 2005 com a proposta da reformulação e re-fundação do partido para o Democratas (DEM). A re-fundação é consolidada em 2007. O novo partido preza pelos direitos da democracia e pretende “salvar” o Brasil do populismo, assim como teria feito há 22 anos, na época do regime militar⁷.

O Democratas é o antigo PFL, que nós e a direção nacional entendemos de fazer uma reformulação no partido para justamente ficar diferente. Ele foi como se fosse re-fundado como Democratas que é mais conhecido como DEM. Isso passou por uma mudança do ponto de vista de princípios e ideais. E a diferença dele é a postura que a gente vem tentando implementar no ES depois de um desastre que tivemos que é público, devido a um passado não muito bom que o partido tinha⁸ (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

No ideário e princípios do “novo” partido – *novo* em relação à mudança de nome e tentativa de mudar a imagem desgastada do PFL, entretanto sua base idearia continua a defender os princípios liberais – destacam-se a defesa da democracia e a característica oposicionista do partido (tais princípios não destoam do PFL), como se pode ver no resumo abaixo:

- Mobilização permanente em defesa dos princípios democráticos.
- Reconhecimento dos valores que caracterizam a Democracia, tais como o crescimento pessoal; a ambição; o autocontrole; a disciplina; o trabalho; a confiança nas instituições jurídicas; as tradições culturais; a vida em família com; honestidade; humildade; o patriotismo; o senso do dever; a cidadania; o voluntariado.
- Fim do “aparelhamento do Estado”, como ocorreu no governo Lula.
- Formação intensiva de administradores públicos.
- Prática exemplar dentro do partido e nas bancadas parlamentares⁹.

⁶ Ver Ferreira, 2002; Meneguello, 2000.

⁷ Carta apresentada junto com o Estatuto do partido.

⁸ O desastre refere-se ao governo José Ignácio e ao Presidente da Assembléia Legislativa, José Carlos Gratz, no período de 1999-2002.

⁹ Resenha feita a partir dos pontos colocados pelo DEM como seus princípios no site do partido: www.democratas.org.br, acessado em 05/03/2009.

Este estudo pretende apresentar a trajetória e as articulações que o DEM vem construindo no Estado do Espírito Santo, segundo a sua própria visão desses processos. Isso significa que, ao buscar compreender as principais características, objetivos, estratégias e desafios vividos pelo partido no ES e, por outro lado, as relações tecidas com instituições das sociedades civil e política capixaba, privilegamos a análise do *discurso do sujeito coletivo DEM*, na tentativa de lançar luz sobre a própria perspectiva do partido em relação a si mesmo e à política estadual.

7.3 – Metodologia

Este relatório baseia-se numa pesquisa qualitativa, exploratória, documental e bibliográfica, iniciada em 2008. Dentre os documentos utilizados, analisamos o *site* da instituição, estatutos, jornais, códigos de ética, acordos coletivos, relatórios de atividades, os quais foram confrontados com os dados extraídos das entrevistas – nossa principal fonte de informação para os resultados ora apresentados – realizadas entre setembro e novembro de 2008, e interpretados com base na revisão de literatura sobre o tema.

As entrevistas foram realizadas com seis entre os atores políticos considerados mais importantes dentro da instituição, seja por sua função, seja por seu papel na história da instituição. O roteiro de entrevista procurou contemplar os seguintes aspectos: a) a visão dos atores sobre a instituição; b) os valores éticos-políticos que norteiam a conduta dos membros; c) as possíveis coalizões que a instituição poderia vir a fazer com outras organizações da sociedade civil.

As entrevistas foram analisadas através do *Discurso do Sujeito Coletivo* (DSC), método que utilizamos para extrair, a partir das falas individuais dos entrevistados, o discurso da instituição sobre os temas propostos, conforme foi detalhadamente explicado no item sobre metodologia do presente Relatório de Pesquisa. Apresentamos a seguir os resultados obtidos à luz do referido quadro teórico, documental e metodológico discutidos acima.

7.4 – Resultados

O Partido Democratas (DEM) foi fundado a partir da reformulação ideológica do Partido da Frente Liberal (PFL), que se iniciou em 2005 e foi consolidada em 2007. Dentre as características que, segundo seu discurso coletivo, marcam a instituição, podemos destacar: defesa da democracia; mudança de identidade; partido de oposição ao Governo Lula; e apoio ao Governo Paulo Hartung.

Outra característica que chama atenção diz respeito à origem de seus membros: dentre os entrevistados, a maioria atuava em outra instituição partidária antes de ingressar no partido. Para a realização desta pesquisa foram selecionadas seis lideranças, que atuam ativamente na direção da instituição seja em nível local, regional ou nacional – a maioria das quais já exerceu cargos de confiança no governo do Estado e/ ou cargos no poder executivo e legislativo.

As estratégias de atuação do DEM para alcançar um de seus maiores objetivos – qual seja, buscar novas lideranças e fazer novas alianças que auxiliem o partido a reconstruir sua credibilidade perante a sociedade, têm a ver com a conquista de cargos eletivos para aumentar o quadro de representantes no executivo e no legislativo, além da preocupação em capacitar membros do partido para que se tornem bons gestores públicos. Estes objetivos estão relacionados ao desgaste da imagem do partido durante o período que seus membros atuaram junto ao governo do Estado e na presidência da Assembléia Legislativa.

7.4.1 – Traços Identitários do Democratas

Consideram-se como traço identitário as características da instituição as quais define sua natureza de atuação. Abaixo se apresentará um breve resumo desses traços de acordo com o discurso coletivo (DSC) e com o Estatuto do partido.

Dentre os principais traços identitários do DEM destacam-se as características estruturais e/ou organizacionais da instituição, as quais passaram por mudanças de identidade com a refundação do PFL em DEM, além de características identificadas com os valores da democracia liberal. Observa-se no discurso a seguir a confirmação de tais traços, respectivamente:

O partido Democrata é o antigo PFL, a direção nacional entendeu de fazer uma reformulação no partido. Ele foi como se fosse re-fundado como Democratas. [O] novo partido deveria focar em temas mais atualizados, passou por uma mudança do ponto de vista de princípios e ideais. O PFL surgiu numa época de redemocratização do país, era um partido que tinha uma visão um pouco mais voltada para o mercado. O partido não deixou de ser liberal com essa re-fundação, mas passou a incorporar outros princípios e conceitos, tendo foco maior no cidadão e não no mercado por exemplo. [Mesmo] porque entendemos [que] o país não é mais aquele do período da redemocratização. O partido identificou que o momento do país é outro e passou a defender outros princípios. [Tendo] como foco principal trabalhar para diminuir as desigualdades sociais (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Na verdade, não se trata de mudança, e sim de reafirmação de seus princípios, valores e tendências. Ferreira (2002) ao estudar o PFL esclarece em quais bases e ideologias o PFL construiu sua imagem. Dessa maneira observa-se que uma característica da re-fundação do PFL em DEM, não se assenta em princípios de conduta ou em mudanças de ideais políticos:

Ao longo dos anos, o PFL tem estabelecido como principal componente de sua imagem, e como um de seus maiores incentivos coletivos, a defesa do liberalismo político e econômico. O partido tem procurado constituir-se como o estuário das idéias liberais, advogando a necessidade de reformas institucionais no país, basicamente no que diz respeito à redefinição do papel do Estado na economia. É essa identidade que o partido tem procurado construir para si, dentro da perspectiva aqui adotada, com vistas à institucionalização. Tais questões encontram-se bastante visíveis tanto na agenda do PFL quanto em suas posições programáticas (FERREIRA, 2002: 58).

Assim, Democratas é o novo nome do Partido da Frente Liberal por deliberação de sua Convenção Nacional Extraordinária de Refundação¹⁰. O Programa dos Democratas se fundamenta nos princípios do regime democrático, do Estado de Direito, da livre iniciativa e da justiça social¹¹.

O PFL desde seu nascimento se colocou como um partido oposicionista que está trabalhando em defesa dos cidadãos para que estes tenham suas liberdades liberais e de cidadania garantidas. Com a re-fundação, o DEM não se mostra indiferente a esse ideário. Assim, outros traços que, segundo o discurso deste sujeito coletivo, seriam essenciais para caracterizar o partido seriam: a) atuação como elemento crítico da sociedade política; b) defesa da eficiência na administração pública; c) atuação (composição) em redes dentro dos marcos da sociedade política.

Com relação ao posicionamento do partido face ao Executivo nacional, os entrevistados classificaram-no como de oposição ao governo Lula, e face ao governo Estadual de Paulo Hartung (2004-2010) é de apoio e composição da rede de sustentação do governo estadual. O discurso do sujeito coletivo mostra claramente a forma como seus líderes traduzem esse ideário:

Hoje, os Democratas exercem um papel muito importante a âmbito nacional que é um dos poucos partidos de oposição. Juntamente com o PSDB ele faz oposição ao governo Lula. Somos oposição ao governo federal, mas nós queremos ser uma oposição coerente no que está acontecendo hoje. O partido no ES hoje é totalmente ligado ao governo do estado, ao governo Paulo Hartung. Porque nós entendemos que o projeto do governador Paulo Hartung é o melhor. No estado felizmente nós somos da base do governo. O desafio é encontrar uma política de justiça social, de geração de emprego e rendas, que está sendo conseguido pelo governador Paulo Hartung e o vice Ricardo Ferraço e que o ES acredita muito nessa mudança que houve, principalmente por esse novo ES que nós estamos assistindo nos novos tempos (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

O DEM pretende desburocratizar e reorganizar a administração pública, visando melhorar o desempenho das entidades governamentais, diminuindo assim o gigantismo da máquina pública¹². Em várias de suas propostas, seja sobre o combate a corrupção, a luta pela democracia ou a luta contra o populismo a instituição se coloca como um grupo

¹⁰ (Art.1) § Título I

¹¹ (Art.1) '§ Título I

¹² Tal idéia apresenta-se nas Diretrizes do partido

oposicionista, isto desde a sua gênese em 1985 com o surgimento do PFL, o qual lutava pela queda das lideranças militares; o DEM luta contra a hipocrisia do governo Lula¹³.

O que mais caracteriza o partido é defender um estado mais enxuto. Um estado que gasta menos com ele e mais com o cidadão. Uma máquina administrativa menos burocrática. Quando você parte para aquilo que nós chamamos de oposição responsável, nós assim o fazemos (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

7.4.2 – Trajetória do DEM no Espírito Santo

O Partido Democratas começou a se articular em 2005, a partir de uma revisão e reformulação do programa partidário do PFL¹⁴, porém se consolidou como DEM com a re-fundação do partido no ano de 2007. O DEM é um partido novo do ponto de vista institucional, entretanto o seu ideário político é herança deixada pelo Partido da Frente Liberal. Tanto que a principal característica da democracia liberal – primazia de direitos e garantias civis e políticas para proteger o indivíduo diante de possíveis investidas arbitrárias do Estado – seja apontada como a grande força de atração do partido, segundo a perspectiva dos entrevistados.

A coisa mais bonita no homem é o direito de pensar. E ser liberal é isso. Eu quero ter o meu direito de pensar, eu quero ter o meu direito de divergir. A existência de correntes antagônicas fortalece o sistema democrático. [O DEM] é um partido que realmente na própria formação interna se discute muito a questão da liberdade do parlamentar: não é aquilo que se impõe absurdamente ou cegamente e você é obrigado a seguir, né? Ser liberal é defender os preceitos democráticos. Existem dois tipos de liberalismo: o liberalismo político democrático, que defende o estado de direito, garante as garantias individuais do cidadão e temos a liberdade econômica, que o partido continua defendendo, que o estado não deve ser dono de empresas, mas que o estado deve tomar conta daquilo que for bom para o cidadão: saúde, educação. Depois que o estado tiver isso resolvido, pode cuidar de outros assuntos (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Por outro lado, como a estrutura política construída pelo PFL foi apropriada em sua integralidade pelo DEM, a instituição já surgiu podendo contar com todo um espaço político e institucional consolidado ao longo de anos, já que, enquanto PFL, o partido sempre ocupou importantes cargos eletivos ou governamentais e, desta maneira, pôde freqüentemente contar com a possibilidade de colocar em prática as propostas de seu programa partidário. De acordo com Ferreira (2002: 62):

(...) o PFL se organizou e se implantou em todo país, firmou-se como uma grande força eleitoral, teve participação em todos os gabinetes presidenciais do período e, além disso, vem ocupando, por duas vezes consecutivas, a vice presidência da República. A soma de todos esses recursos políticos acaba por conferi-lhe não só experiência, como organização, mas também condições de defender com maior robustez suas propostas políticas, bem como seu programa.

¹³ Vide Estatuto, Diretrizes e Propostas do partido encontradas no site www.democratas.org.br

¹⁴ Tal idéia é expressa nas entrevistas e nos documentos do partido analisados.

7.4.3 – Redes e Poder

Atualmente, os partidos políticos, independentemente de sua origem, buscam atuar em diferentes espaços de poder, que comportam tanto instituições políticas tradicionais (especialmente parlamentos e executivos de todos os níveis), como movimentos e organizações da sociedade civil, cujas dinâmicas de atuação caracterizam-se pela defesa de temas e demandas que, de modo geral, costumam passar ao largo das bandeiras abraçadas por partidos e sindicatos¹⁵.

O objetivo de freqüentar diferentes espaços de debate e construção política vale dizer, o âmbito institucional e o *espaço público*¹⁶ característico da sociedade civil é o de construir redes políticas e sociais de articulação, que sejam capazes de dar sustentação aos objetivos partidários. Tais espaços, em sua heterogeneidade, têm se comunicado bastante e criado uma interdependência própria de regimes democráticos, na qual as instituições políticas tradicionais necessitam se abrir cada vez mais à participação não eleitoral da sociedade, com vistas a se legitimarem perante ela (URBINATI, 2006).

Neste sentido, a questão que se coloca é: até que ponto o DEM-ES se deixa influenciar pelas demandas sociais expressas no espaço público capixaba, de modo a se apropriar delas e servir de instrumento de ligação entre a sociedade e o Estado? Com isto em mente, nos propomos a investigar, com base no discurso do sujeito coletivo Democratas, os principais objetivos, políticas¹⁷, estratégias, desafios e alianças tecidas com outras organizações da sociedade capixaba a partir de 1995, buscando sempre identificar a reprodução de temas e problemas tradicionais ao âmbito político-partidário ou, ao contrário, algum tipo de aproximação de temáticas mais afins às esferas civis.

7.4.3.1. Principais políticas e objetivos a partir de 1995

De acordo com Ferreira (2002) e Cantanhêde (2001), ao longo da existência do PFL o partido passou por dois momentos de organização e composição do Programa Partidário.

¹⁵ Segundo Céli Regina Pinto (2006), existem temas que surgiram a partir do processo de redemocratização brasileiro e que encontram maior identificação com os chamados novos atores sociais (ONGs e movimentos sociais) do que com os partidos políticos. “Qual partido representaria os direitos das mulheres, ou dos negros, ou das crianças? De uma forma ou de outra, todos os partidos falam destes temas, entretanto, o fazem através de suas óticas particulares e muito como resposta aos movimentos sociais e às pressões das próprias ONGs” (p. 655). Por outro lado, Avritzer (2007) argumenta que a representação partidária encarna uma relação de autorização entre *indivíduos* (representante e representado), diferentemente, portanto, da representação de discursos e idéias característica das novas formas de representação exercidas pela sociedade civil.

¹⁶ Arena aberta ao debate e confronto entre as diferentes demandas e/ou projetos políticos gestados na sociedade, onde cada ator social busca justificá-los e legitimá-los perante o conjunto da sociedade e, conseqüentemente, mobilizar a opinião pública para que sejam apropriados pela sociedade política e transformados em políticas concretas (COSTA, 2002).

¹⁷ Por *políticas* entendemos as ações de médio e longo prazos, que visam contribuir para o alcance dos objetivos da instituição.

O primeiro momento em sua gênese em 1985, e depois em 1995. Neste ano, um novo programa partidário foi elaborado, reafirmando a vinculação do partido aos princípios liberais e apontando que “vários de seus objetivos haviam sido atingidos ou estavam sendo implementados” (FERREIRA, 2002: 61). De acordo com os documentos e com o discurso do DEM, uma nova mudança no programa do partido foi realizada em 2005, a partir da qual se assentaram as bases para repensar a instituição PFL e possibilitar sua re-fundação como DEM.

Têm-se assim como principais objetivos a tentativa de implantar uma cultura política compatível com valores democráticos, criando uma ambiência favorável para a governança pública, e contribuir para a mudança da administração pública através, por exemplo, da gestão e planejamentos da administração e da implantação de reformas no país.

O DEM tem feito seminários periódicos, inclusive trazendo grandes palestrantes para falar sobre gestão pública. Hoje o Democratas tem uma responsabilidade muito grande com a gestão. [Existem] movimentos dentro do partido buscando traçar algumas reformas para o país. Por exemplo, a reforma trabalhista e a reforma tributária. Hoje se fala muito em governar, mas não se fala em gestão, em organização (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Atualmente, uma das preocupações do partido é em relação à qualidade de seus representantes. Uma das propostas do partido é a de renovação: a idéia é atrair jovens lideranças para a instituição, num movimento que segue tendências mundiais. Procuram contribuir para formação / atuação política dos seus filiados. Nesse sentido, o maior exemplo da juventude no partido é o seu Presidente Rodrigo Maia, de 37 anos. Um dos objetivos é o recrutamento de jovens lideranças para ocupar posições de liderança no partido e iniciar carreiras parlamentares.

Sem trair suas origens e a própria história dos seus países, esses novos políticos mostram que a herança dos velhos partidos e o prestígio dos seus antecessores, longe de comprometê-los, estimula-os. O certo é que há esperança e confiança nesses países entregues a jovens dirigentes, e não se fala de inexperiência, nem se reclama das inovações que eles trazem aos seus governos. Pelo contrário, todos festejam a renovação e celebram o fato auspicioso de que a política rejuvenesceu (Estatuto DEM, 2007).

O partido trabalha muito com a formação de seus quadros, principalmente a ala jovem, ala da mulher e ala empreendedora. Tem um instituto ligado ao partido que é um instituto de formação política, que trabalha a capacitação de jovens lideranças. Eu acho que organização e gestão pública vão trazer pessoas capacitadas, não pessoas políticas – nós não precisamos de políticos para governar, nós precisamos de pessoas capacitadas, pessoas que realmente tenham o perfil de um administrador à frente das prefeituras (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Podemos observar que os objetivos acima apresentados têm em comum a questão da formação de lideranças partidárias dentro da filosofia liberal e tecnicista – pela qual a dimensão política deve ceder espaço para habilidades relacionadas à técnica

administrativa –, no sentido de que sejam capazes de assumir cargos eletivos e governar segundo tais referências. Refletem, pois, a preocupação clássica de boa parte das agremiações partidárias em assumir posições de poder na máquina pública (cargos), a qual reserva pouco espaço para conhecimentos mais estreitamente ligados à sociedade, já que o foco das atenções desse tipo de formação é, no mais das vezes, o domínio de temas e técnicas ligados à lógica burocrática (gestão pública, reformas, capacidade gerencial, etc.).

Esta constatação é reforçada pelo DSC abaixo, no qual o cálculo matemático de *aumento do número de cargos eletivos = aumento da força partidária = novo aumento do número de cargos eletivos* aparece bastante explícito.

Nós pretendemos nessa eleição de 2010 crescer os quadros, vamos fazer um programa para eleger deputado federal. Em 2010 temos quadros para poder oferecer tanto de governador, a deputado estadual e federal e senador da república. No momento em que cresce a bancada federal há um reflexo no quadro partidário, portanto o nosso projeto agora é um projeto, diria até certo ponto político de grande envergadura: já aumentamos o número de prefeitos aqui no estado, aumentamos o número de vereadores que se elegeram nessa última campanha, e o partido na assembleia. O objetivo agora é 2010. E esse objetivo para 2010 é fortalecer o partido com mais lideranças. Essa é a nossa pretensão: nós vamos reformular o partido (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

7.4.3.2. Estratégias do DEM a partir de 1995

Entendem-se como estratégia todos os atos realizados a fim de alcançar os objetivos da instituição. Para tal o DEM procura ter um programa partidário coerente, que facilite suas ações, busca novos filiados, além de utilizar cargos eletivos para alcançar seus objetivos.

O programa partidário dos democratas é um programa que todo mundo entende, [segundo o qual] a primeira coisa importante é a preservação do regime democrático, sobretudo. E, segundo, manter uma linha de coerência no seu programa partidário (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Para garantir a participação nas esferas institucionais e a respeitabilidade do partido, tem-se como estratégia a busca por novos filiados que representem os diversos segmentos da sociedade e simbolizem a credibilidade da instituição. É uma estratégia de atuação interna à instituição.

A estratégia é essa: primeiro, a participação de nomes que são respeitados pelo eleitorado. Depois que refundamos o Democratas, nós começamos a trazer para dentro do partido novas lideranças, novas cabeças. Incluindo as mulheres, buscar essas lideranças e fazermos novas lideranças. Lideranças que venham a trazer essa credibilidade para a população e [nós] já começamos a fazer isso, rodar os municípios dentro do estado, para que possamos detectar e trazer essas lideranças para o DEM. No momento que o eleitor vê que o partido está integrado com fulano, beltrano, ciclano, nomes de responsabilidade, fica a coisa bem clara (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Segundo a lógica eleitoral, para que o partido possa colocar suas propostas em prática precisa ocupar cargos eletivos. Dessa forma, atuar na esfera do poder público é o mecanismo mais eficaz para viabilizar o projeto partidário. Tem-se aí, portanto, uma percepção das relações de representação limitada ao mandato, às instituições políticas formais, na qual não são mencionadas outras estratégias de aproximação com a sociedade.

Para qualquer partido por em prática suas políticas, precisa eleger seus representantes no processo político, *não há outra maneira para colocar em prática suas idéias*, seus ideais; se você não tiver poder, se não for eleito para isso... O principal instrumento do partido para isso é tentar eleger o maior número de representantes ocupando cargos eletivos (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008. Grifos meus).

Tal perspectiva encontra-se na contramão de modernos estudos sobre representação e participação, entre os quais citamos o de Nadia Urbinati (2006), que situa a forma eleitoral de representação como insuficiente para, sozinha, promover a totalidade dos vínculos entre os atores sociais e o Estado. Para ela,

Em um governo que deriva sua legitimidade de eleições livres e regulares, a ativação de uma corrente comunicativa entre a sociedade política e a civil é essencial e constitutiva, não apenas inevitável. (...) As múltiplas fontes de informação e as variadas formas de comunicação e influência que os cidadãos ativam através da mídia, movimentos sociais e partidos políticos dão o tom da representação em uma sociedade democrática, ao tornar o social político (p. 202).

7.4.3.3 - Desafios da instituição a partir de 1995

Após o cenário de crise identitária e de representação no PFL, o partido re-fundado como DEM em 2005, possui desafios que ainda estão ligados ao antigo partido e seus representantes. Revelam-se nesse ponto quais as dificuldades e obstáculos a instituição precisa e vem tentando superar. Entre os desafios do DEM estão as dificuldades no campo da representação política no Espírito Santo, consequência direta da crise no governo José Ignácio.

O partido teve um problema sério aqui, ele foi o maior partido da Assembléia Legislativa – isso durante a administração e presidência do deputado José Carlos Gratz, e no exercício de sua administração não foi compatível com a orientação do partido, tanto que o partido acabou excluindo o José Carlos Gratz dos nossos quadros. O partido foi perdendo substância porque uma das coisas principais para a existência de um partido forte é o respeito do povo a ele e no PFL infelizmente, a questão moral foi deteriorada. Foi um desastre estar num governo como aquele, atinge diretamente os partidos que estão participando de um projeto, foi o lado ruim do partido. Nós tivemos uma queda muito grande no número de prefeituras que nós tínhamos e perdemos nessa eleição agora. Essa é a nossa maior dificuldade de trazer grandes nomes para o partido, dentro dos municípios (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

A dificuldade no campo da representação pefelista não ficou limitada ao nível estadual, mas foi uma crise de abrangência nacional, esse é um dos motivos para a refundação do

partido. Dessa maneira, outro desafio da instituição se dá na forma da ação para a manutenção da instituição, faz-se necessário a reconstrução interna do partido: uma estratégia de sobrevivência/manutenção institucional.

[Por volta de 2006] com alguns companheiros [começamos] a reorganizar o PFL e começou a ser feito um movimento: nós fomos a Brasília, conversamos com as lideranças do partido. Então, o partido passou por um processo de reestruturação muito profunda naquele momento. O partido praticamente deixou de existir. Muitos deputados saíram, outros foram expulsos. Muitas lideranças deixaram o partido e, com isso [perdemos] prefeituras, vereadores, muitos filiados. O partido deu uma enxugada muito boa. Nós mudamos toda a direção do partido. Para a gente foi bom porque limpou o partido. O partido começou a se organizar para a eleição que nós disputamos recentemente, aí aconteceu uma coisa interessante: nós elegemos três deputados estaduais. A gente passou a ter uma preocupação mais com a qualidade dos quadros. Percebendo que é importante crescer, mas crescer com qualidade. Realmente o partido sofreu um grande impacto e quem ficou é quem realmente acredita no partido. De lá pra cá, ele tem sido reconstruído e vem crescendo (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

7.4.3.4 - Redes e Coalizões

Dentre as fases da pesquisa proposta, procuramos entender como o partido Democratas interage com as instituições capixabas, com quais interage com mais frequências e qual o grau dessa interação. Para medir esse “relacionamento”, os entrevistados pontuaram de 1 a 5, sendo 1 o menor grau de possibilidade de coalizão e sendo 5 o maior, com quais organizações da sociedade civil fariam ou não alianças.

Estão entre as instituições propostas: CNBB, CONIC, CPV, FAMOPES, ES em Ação, Transparência Capixaba, OAB, FeComércio, Findes, Faes, Fetaes, Sintraconst, Sindportuários, Sindfer, PSDB, PMDB e PT.

Não houve consenso entre os entrevistados sobre quais instituições seriam as mais prováveis para a formação de uma aliança. No geral podemos apontar que dentre os partidos às coalizões seriam com o PMDB e PSDB, visto que essas alianças já são feitas e fazem parte da história política do DEM; com o PT a aliança seria improvável, principalmente devido a diferenças ideológicas entre os partidos. As relações com a OAB, Findes, FeComércio, ES em Ação e Transparência Capixaba, são prováveis de ocorrer. Quanto a CNBB, CONIC, CPV, FAES, FETAES e os Sindicatos, as respostas foram imprecisas. Alguns entrevistados não conheciam algumas destas instituições e as repostas foram irregulares quanto ao grau da aliança.

Não foi possível, no geral, perceber com quais organizações da sociedade o partido DEM está mais próximo, já que a maior parte dos entrevistados não mensurou uma pontuação na escala de 1 à 5, mas somente apontaram a possibilidade de existir ou não uma aliança entre as instituições.

7.4.4 – Princípios que pautam as práticas e a conduta dos membros da instituição

Os princípios auxiliam na regulação e direcionamento das ações dos membros participantes de uma instituição, através dos quais se podem perceber as práticas democráticas da instituição. Para que a conduta dos membros seja direcionada, o partido dispõe de instrumentos formais mínimos que orientam a ação de seus filiados em relação à administração e ao comportamento público, como é o caso do Código de Ética.

Nós temos um código de ética. Se você exerce um mandato, você tem que ter a maior probidade possível de exercício do mandato. O que é probidade? É honestidade, é ter decoro, é saber que a participação sua em qualquer ato, é de um homem público. O contexto que faz a blindagem de um homem público é o próprio código de ética do partido (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Com a renovação do PFL para DEM, o partido também modificou seu discurso partidário, incluindo em sua agenda, além dos temas de ordem programática, também temas mais específicos, ligados aos problemas de regiões determinadas.

Através de reuniões permanentes, através dos seminários, das convenções e dessas reuniões que são feitas no interior congregando os adeptos do partido em cada região, a discussão que a gente faz é muito em razão do interesse da comunidade, a discussão aqui na capital é uma, a discussão no interior é o problema da escola, é o problema do atendimento de saúde, então o problema é muito regionalizado (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Os membros devem observar os princípios ético-morais defendidos pela instituição e, assim, agir com decoro. A participação no DEM passa por uma pequena avaliação, na qual existem critérios específicos para adesão e/ou participação na instituição, mais ligados à moralidade pública (idoneidade, honestidade, transparência) e a exigências formais (legislação eleitoral) do que as convicções político-ideológicas.

É muito fácil ser filiado a um partido: é preencher o que propõe a lei eleitoral, assinar a ficha do partido, abonada por um de seus membros e cumprir os requisitos essenciais. Nós temos um nível muito ruim de candidatos em todos os partidos. Até por conta das regras de filiação partidária para disputar eleição e a própria legislação. No DEM procuramos buscar quadros mais qualificados. Mas temos que levar em consideração que vivemos num regime democrático, onde a sociedade de maneira geral precisa ser respeitada e representada. Assim, para se filiar ao partido basta estar em dia com a justiça eleitoral e querer participar do debate político. Não existe restrição à raça, sexo, classe social, religião, nada disso. [Apesar disso] Tem muita gente que gostaríamos de não vermos no partido. Pessoas que mentem, pessoas que não trabalham, pessoas que não contam com suas indicações, pessoas que não têm um passado digno, honroso, pessoas que não falam a mesma linguagem da honestidade, da dignidade que deve nortear uma pessoa pública. Vem agora a questão da ficha suja ou não, a tendência é cada vez mais atentar para esse aspecto, porque isso reflete na comunidade, os partidos vão dar preferência aos cidadãos ilibados, os que têm vida pública correta, vida pessoal correta. Em qualquer [caso de] corrupção, o partido tem que se reunir e tomar uma atitude porque o partido tem o conselho de ética, tudo isso tem que ser investigado através do conselho de ética do partido. E se for provado mesmo que a pessoa tem ficha suja e que é corrupto, ele tem que ser expulso do partido (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Desta feita, o partido aceita ou recusa uma nova proposta de filiação de acordo com a postura ética do/a candidato/a, com sua história na vida pública. Não existem restrições a

filiação desde que se cumpra o que prevê a lei eleitoral e as normas do partido. Para fazer parte do DEM é importante estar de acordo com as propostas e normas da instituição. Casos de corrupção e infidelidade partidária são mal vistos pela organização, e levam a conseqüências como a expulsão do membro. Os critérios para exclusão/desfiliação são definidos formalmente, a partir do estatuto.

Para ser expulsa é [preciso] não cumprir as diretrizes partidárias e ter uma conduta que não seja exemplar, como a corrupção, a mentira. A pessoa pode se desfilar por conta própria. Ou pode ser excluída por alguns motivos, por exemplo, a não observância dos princípios do partido na sua conduta parlamentar; a desobediência às normas estabelecidas pelas executivas municipais, estaduais e nacional; o apoio a candidatos de outros partidos, a não conduta apropriada seja na vida pessoal ou política. É pecado mortal se o cidadão é filiado a nós e se diverge da linha do partido. Outra coisa seria o envolvimento em processos de corrupção o partido não tem que ter consideração nenhuma, se qualquer dos nossos representantes se envolver num caso que publicamente foi reconhecido, que foi um caso de corrupção, ou de aviltamento do exercício do mandato. Infidelidade partidária é agora um assunto, não só levado na questão do partido, mas como hoje é visto aí em relação a outros assuntos muito importantes. Já vi deputado perder mandato por infidelidade partidária. Eu acho que infidelidade é uma coisa que fere muito. A outra parte é o comportamento dele, as ações dele. [O partido não aceitaria pessoas que] respondem a processos de corrupção, de um conduta que não seja apropriada para os quadros do partido (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

A proposta de ética do partido reza o seguinte: “*Sem moralidade, integridade e verdade, nada é feito.*” Os Democratas, de acordo com as propostas do estatuto, querem reintroduzir o conceito de ética nas discussões da sociedade. Qualquer representante do partido deve ser ético e respeitar as orientações partidárias, sendo expulso do partido caso desonre os princípios da instituição, ou caso compactue com ações corruptas (ou a executem); tais idéias são expressas nos DSC dos entrevistados, como visto acima.

7.4.4.1 – Concepções sobre corrupção

Corrupção é todo aquele ato capaz de “manchar” o erário público, ou seja, todo ato ilegal praticado dentro da esfera pública (por funcionários ou representantes do poder público), na intenção de beneficiar particulares através de acordos e recompensas¹⁸. Para o partido Democratas, qualquer uso indevido de recurso ou cargo público é visto como corrupção, uma vez que tal atitude prejudica o funcionamento das instituições públicas. Note-se que, por esta perspectiva, o conceito de corrupção fica limitado ao âmbito formal da vida pública, especialmente no que diz respeito às pessoas que ocupam cargos ou exercem alguma função pública, tendo sido ignorada uma noção mais ampla de corrupção, que também envolvesse os comportamentos sociais e individuais reproduzidos no cotidiano das pessoas.

Corrupção é todo ato que a pessoa comete que atente contra a honorabilidade de seu mandato. E também que venha a causar prejuízos à coisa pública, ou uso indevido do dinheiro público, ou a percepção de vantagens, através do dinheiro público, usando a influência, usando o prestígio. Algo que tem que ficar longe das instituições públicas, de

¹⁸ Ver Bobbio, 2007, p. 289

mandatos eletivos, deveria ser tratado com mais força pelas autoridades. É um dos principais fatores que impedem o avanço do nosso país para um desenvolvimento mais sustentável, para uma igualdade maior entre as pessoas. Político tem que ser político sério, político honesto. É uma pessoa corrupta quem leva vantagem de forma irregular, de forma absurda, enriquecer de forma ilícita, a partir do momento que você se apropria de dinheiro que não é seu, que é público. É aquilo que você sabe que vem sendo praticado por muitos, são os dólares na cueca, são os mensalões, os que têm usado o dinheiro público para interesse privado, os interesses pessoais (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Em caso de comprovada participação em práticas corruptas, o partido repudiaria veementemente tal conduta, culminando com a expulsão do membro envolvido. O discurso coletivo abaixo expressa grande afinidade com os valores democráticos mais elementares de respeito à coisa pública e observação das leis que normatizam o trato em relação a ela.

Se houver isso, a primeira coisa que tem que fazer é colocar em avaliação, uma apreciação e expulsar essa pessoa, e entregar ela nas mãos das pessoas competentes para fazer esse tipo de coisa. É punido terminantemente, é processado criminalmente, se o desvio do dinheiro foi feito de forma criminosa é processado penalmente, criminalmente. A punição [será] de acordo com a lei. O partido tem que se reunir e tudo tem que ser investigado. Você tem que conhecer a vida da pessoa e tudo o que aconteceu e se for provado, o partido deve tomar uma atitude. O partido já adotou essa conduta uma vez em 2003, quando expulsou um dos quadros do partido. A conduta que o partido adota é essa, obviamente que respeitando o devido processo legal, permitindo que a pessoa possa se defender, mas obviamente se isso não for suficiente para o partido o membro será expulso. Ele será processado devidamente, chama-se a comissão dentro do partido, dando a ele todos os direitos constitucionais de ampla defesa e se for julgado e condenado ele é expulso do partido (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

7.4.4.2 – Concepção sobre improbidade administrativa

Improbidade administrativa significa a má utilização dos recursos da instituição, especialmente no que se refere à gestão administrativa da mesma. O partido possui mecanismos de sanção/punição interna. Caso comprovado a participação de membro do partido em casos de corrupção este será punido com a expulsão; qualquer que seja a punição está prevista na lei/estatuto.

Para que casos de improbidades não ocorram, existe um conselho de ética e fiscal que devem controlar as ações administrativas. O partido conta com mecanismos de vigilância/controle administrativos, para que haja uma maior regulação das finanças.

O partido possui em suas executivas estaduais e municipais a possibilidade da criação do conselho de ética, onde existem ferramentas para poder apurar irregularidades. Nós temos aqui conselho fiscal. Temos todos os mecanismos de auditoria, temos tudo (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

7.5 – Considerações Finais

Os partidos políticos são instituições que visam ocupar o poder político, são responsáveis por organizar processos eleitorais e governos, dando à esfera governamental maior ou menor possibilidade de executar determinadas políticas (MENEGLLO, 2000).

Assim como no Brasil, o DEM capixaba é um partido novo, no sentido de sua renomeação; entretanto, suas lideranças políticas e ideologias são heranças do PFL. No cenário capixaba, o DEM preocupa-se em ocupar cargos eletivos e assim implementar seu programa partidário, pois acreditam que só através da ocupação de espaços públicos o partido consegue executar suas políticas.

O partido defende o exercício da democracia, defende os princípios liberais e propõe um trabalho bem executado em relação à gestão pública, ao funcionamento da máquina burocrática. No Espírito Santo, a mudança de nome auxiliou – ou deveria ter essa intenção - na mudança de sua imagem maculada nacionalmente. No Espírito Santo, a re-fundação foi pensada como um instrumento para apagar a mancha deixada no período de 1999-2002, quando alguns representantes do partido envolveram-se em casos de corrupção.

Se ao longo do período democrático pós-85 o PFL foi uns dos partidos de maior representação política (ficando atrás somente do PMDB), tendo sua imagem sempre vinculada ao governo Federal (MENEGLLO, 2000; FERREIRA,2002), o Democratas não rompe com esse padrão e reproduz o perfil de alinhamento com o Executivo da vez – muito embora atualmente, em nível federal, declare ser oposição ao Governo Lula. No Espírito Santo, por exemplo, o partido se coloca como uma instituição que está fortemente ligada ao atual governo estadual – Governo Paulo Hartung (PMDB).

As lideranças do DEM capixaba fazem parte da elite política local. Os principais representantes do partido ocuparam constantemente cargos eletivos no executivo e no legislativo, como pode ser observado na trajetória política dos entrevistados; é importante para o partido trazer para seus quadros novas lideranças, lideranças que são respeitadas no cenário político capixaba e comprometidas com a gestão pública.

A proposta política pefelista, como se pôde observar, continua dando o contorno do programa partidário dos Democratas, sendo que o ideal liberal segue dando o tom das propostas partidárias. Os discursos coletivos elaborados a partir das entrevistas de figuras representativas do partido no ES não nos indicaram qualquer intenção de renovação em sua postura face à sociedade – seja apropriando-se das demandas por ela gestadas, ou mesmo buscando novos meios de envolvê-la nos debates levados a cabo pelo partido –, de modo que o canal de conexão entre eles continua sendo exclusivamente o do voto.

Referências

- ABERS, Rebecca N.; KECK, Margaret E. Representando a diversidade: Estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 99-112, Jan./Abr. 2008.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, instituições participativas, e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 50, nº 03. Rio de Janeiro, 2007, p. 443-464.
- BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a Economia Global**. Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 2007.
- CANTANHÊDE, Eliane. **Folha Explica: O PFL**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- COSTA, S. Sociedade civil e espaço público. In: **As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. Cap. 2: p.37-63.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil. In _____ (Org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.
- DAGNINO, E; OLVERA, A.J.; PANFICHI, A. (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra. Campinas-SP: Unicamp, 2006.
- FERREIRA, Denise Paiva. **PFL X PMDB: marchas e contra- marchas (1982- 2000)**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2002.
- KINZO, M. D. G. Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, vol.14, nº4, 2001
- LAMOUNIER, B. O "Brasil Autoritário" revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, A. (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEFEVRE F; LEFEVRE AMC. **Discurso do Sujeito Coletivo**. Um novo enfoque em pesquisa qualitativa (Desdobramentos)2ª Ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.
- LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti; SIMIONI, Alexandre A. C.; FERRAZ, Maria Teresa M. A. **Acessando o Discurso do Sujeito Coletivo e o Software Qualiquantisoft: Manual**. São Paulo: IPDSC, 2007.
- MAINWARING, Scott P. **Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, Rio de Janeiro: FGV. 2001.
- MENEGUELLO, R. **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra. 1998.
- PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, vol. 49, n. 03. Rio de Janeiro, 2006, p. 651-670.
- SILVA, M. Z.; ROCHA, Y. R. C. **Formação de Lideranças Locais no Espírito Santo**. Relatório de Pesquisa - DCSO/UFES, Vitória/ES, UFES, Novembro/1993, (mimeo).
- Site do Partido www.democratas.org.br acesso em setembro/outubro de 2008.
- URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, 2006, n. 67, p.191-228.